

## NEOLIBERALISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO NA REALIDADE BRASILEIRA: REFLEXÕES CRÍTICAS E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO<sup>1</sup>

Gabrielle Santos Viscki<sup>2</sup>

Conrado Pavel de Oliveira<sup>3</sup>

Kíssila Teixeira Mendes<sup>4</sup>

### RESUMO:

---

Este trabalho propõe uma análise crítica da relação entre o neoliberalismo e o sofrimento psíquico na realidade brasileira, destacando como o primeiro transcende a esfera econômica e molda as vivências sociais e individuais. O sofrimento psíquico é compreendido aqui como uma resposta multifacetada aos estressores cotidianos, exacerbada pela precarização do trabalho, insegurança, e práticas individualistas, as quais são características centrais do neoliberalismo. Argumenta-se que no Brasil, o neoliberalismo adquire contornos particulares devido à sua história colonial dependente e à persistência de estruturas de poder elitistas, que perpetuam a exploração e invisibilização dos mais vulneráveis. A responsabilização individual é imposta, ignorando as raízes estruturais das desigualdades. Este cenário impõe um desafio à Psicologia, que deve buscar adotar uma postura crítica e ativa no enfrentamento ao neoliberalismo, buscando alternativas que promovam o bem-estar coletivo e resistam à lógica opressora vigente.

Palavras-chave: Psicologia Social Crítica. Neoliberalismo. Sofrimento Psíquico. Saúde Mental.

### NEOLIBERALISM AND PSYCHIC SUFFERING IN THE BRAZILIAN REALITY: CRITICAL REFLECTIONS AND POSSIBILITIES OF CONFRONTATION

---

<sup>1</sup> Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas. Recebido em 23/10/2023 e aprovado, após reformulações, em 22/11/23.

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: [gabrielle.viscki3793@gmail.com](mailto:gabrielle.viscki3793@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: [conradopavel@uniacademia.edu.br](mailto:conradopavel@uniacademia.edu.br).

<sup>4</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: [kissilamm@hotmail.com](mailto:kissilamm@hotmail.com).

**ABSTRACT:**

This work proposes a critical analysis of the relationship between neoliberalism and psychic suffering in Brazilian reality, highlighting how the former transcends the economic sphere and shapes social and individual experiences. Psychic suffering is understood here as a multifaceted response to daily stressors, exacerbated by the precariousness of work, insecurity, and individualistic practices, which are central characteristics of neoliberalism. It is argued that in Brazil, neoliberalism acquires particular contours due to its dependent colonial history and the persistence of elitist power structures, which perpetuate the exploitation and invisibility of the most vulnerable. Individual responsibility is imposed, ignoring the structural roots of inequalities. This scenario poses a challenge to Psychology, which must seek to adopt a critical and active stance in confronting neoliberalism, seeking alternatives that promote collective well-being and resist the oppressive logic in force.

Keywords: Critical Social Psychology. Neoliberalism. Psychic Suffering. Mental Health.

**1 INTRODUÇÃO**

A relação entre sofrimento psíquico e neoliberalismo é complexa e multifacetada. O neoliberalismo é uma ideologia econômica e política que valoriza a livre iniciativa, a desregulamentação dos mercados e a redução do papel do Estado na economia (DARDOT e LAVAL, 2016). A busca incessante pelo lucro, a competição acirrada, a precarização do trabalho, a desigualdade social e a desvalorização do cuidado e do bem-estar coletivo, são algumas das características do neoliberalismo que podem contribuir para o sofrimento psíquico (BYUNG-CHUL, 2020).

O neoliberalismo como um todo, dissemina a lógica da gestão de si mesmo como um discurso de empreendedorismo e do utilitarismo de qualquer atividade exercida pelo indivíduo como possível para captação de recursos. Na realidade brasileira, a figura do trabalhador ou desempregado se forma pela responsabilidade individual, diretamente correspondentes a padrões antes superados de miséria e vulnerabilidade. Cabe destacar, que a responsabilização do sujeito é a exemplificação da contradição neoliberal. O “bom desempenho” individual torna-se parâmetro para a inserção social e cultural, repleto de uma retórica discursiva de alto rendimento e desempenho. Esses ideais são associados ao caráter libertário e a

manutenção das condições a serviço do capital. Por outro lado, a miséria e a falta de recursos é vista como fracasso pessoal, de responsabilidade individual, de forma que o Estado consegue se passar não somente por cada vez mais isento de suas obrigações e responsabilidades, mas também passa a negar direitos garantidos por lei e responsabilizar os sujeitos por sua própria incompetência e negligência (SAFATLE; SILVA JÚNIOR ;DUNKER, 2021).

No contexto brasileiro, o neoliberalismo tem influenciado amplamente ao longo dos anos as políticas públicas, as relações de trabalho, o acesso a serviços básicos e a estruturação social do país (MENCHISE, FERREIRA e ÁLVARES, 2023).O neoliberalismo – à brasileira, apareceu sobretudo durante a década de 1990 e o neoliberalismo no Brasil começou com o governo de Fernando Collor de Mello e se consolidou com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência. Especialmente no governo de FHC, houve uma série de reformas nessa direção. Nesse período, foram implementadas políticas econômicas neoliberais, como a abertura comercial, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação do mercado financeiro (PEREIRA, 1998).

No caso brasileiro, este movimento de reformas neoliberais aconteceu em um cenário de hiperinflação e crise da dívida (ANDRADE, 2019). No entanto, enquanto algumas políticas neoliberais foram vigorosamente adotadas, outras, como as reformas mais amplas do Estado, progrediram de forma mais lenta. O Estado brasileiro adotou políticas liberalizantes nos anos 90, seguindo as regras do Consenso de Washington, que provocaram uma desarticulação e uma regressão da estrutura produtiva, além de uma perda de importância das empresas estatais e nacionais em favor das estrangeiras. O Estado perdeu o dinamismo e a capacidade de gerar taxas elevadas de crescimento econômico e de reduzir as desigualdades sociais (PEREIRA, 1998).

A questão da desigualdade social, por sua vez, é um ponto crítico, pois mesmo com a estabilização econômica, o Brasil não conseguiu reduzir significativamente sua desigualdade. Autores como Thomas Piketty (2014) têm argumentado que políticas neoliberais podem amplificar desigualdades, e o caso brasileiro frequentemente é citado como exemplo dessa tendência. Em resumo, o Brasil navegou pelo neoliberalismo com uma abordagem adaptada às suas realidades socioeconômicas, mesclando políticas de mercado livre com um grau significativo de intervenção estatal, uma nuance que faz o "neoliberalismo à

brasileira" ser uma experiência distinta do neoliberalismo puro defendido por teóricos ortodoxos.

Por outro lado, a trajetória social do Brasil é profundamente influenciada por um passado de subordinação. O país é retratado como uma nação cujo progresso se dá de maneira lenta, com raras ocorrências de mudanças radicais ou interrupções significativas, optando com frequência por estratégias de conciliação entre as elites. Essa abordagem, apesar de poder parecer benéfica no curto prazo, perpetua a exclusão das classes trabalhadoras e desconsidera as necessidades da maioria da população. Essa condição de subalternidade não é um fenômeno contemporâneo, mas está firmemente enraizada no passado colonial do Brasil (LACERDA JR., 2013; ANTUNES; 2011).

Assim, a lógica psíquica do sujeito em produção no neoliberalismo brasileiro, vê suas potencialidades à mercê da demanda de ordem mercadológica e da capitalização, em conjunto com a figura da meritocracia e do sujeito empreendedor de si mesmo. Por conseguinte, o cansaço físico e psíquico ocorrem não como exceção mas sim como regra, de modo que a sociedade capitalista em seu modelo neoliberal não só induz o sujeito de que é sua responsabilidade gerir o próprio tempo, mas também nega as intrínsecas relações entre as condições de desenvolvimento do sujeito e as condições materiais e históricas da vivência real. Nesse sentido, as demonstrações de fadiga, sobrecarga, estresse, descontentamento, ansiedade, depressão etc podem ser vistos como consequências diretas de uma posição do trabalhador explorado, em um ambiente extenuante ao qual ele está exposto incessantemente (HOLZKAMP, 2016).

Assim, a precarização do trabalho no contexto do neoliberalismo brasileiro pode estar intrinsecamente ligada ao aumento do sofrimento psíquico dos trabalhadores. Seguindo as diretrizes neoliberais, houve uma flexibilização das relações de trabalho, resultando em empregos mais instáveis, jornadas extensivas e diminuição dos direitos trabalhistas. Esse cenário, conforme discutido por Antunes e Alves (2004), é terreno fértil para a exacerbação do estresse, ansiedade e uma série de outros transtornos psíquicos. O trabalhador, constantemente sob a ameaça do desemprego e da instabilidade, experimenta um estado crônico de insegurança que prejudicam sua saúde mental. De acordo com Dejours (2011), a precarização também interfere nas relações interpessoais no ambiente de trabalho, criando um clima de competição e desconfiança, que por sua vez contribuem para o sofrimento

psíquico. Dessa forma, a precarização do trabalho no Brasil, sob a égide neoliberal, não só fragiliza as condições materiais do trabalhador, mas também impacta profundamente seu bem-estar psicológico.

No que tange o papel do profissional da Psicologia nesse contexto, é importante salientar as questões sociais, bem como o processo de marginalização e falta de acesso e precarização do sistema de saúde (especialmente o de saúde mental), considerando esses fatores como potencializadores do adoecimento e sofrimento psíquico. A negação dos direitos básicos como alimentação, moradia, lazer, saúde, educação e condições trabalhistas dignas, são as ferramentas utilizadas pelo neoliberalismo para perpetuar o sofrimento psíquico daqueles não pertencentes a classe elitizada do país (HOLZKAMP, 2016). A Psicologia, como categoria e ciência que estuda a saúde psíquica, poderia contribuir com a discussão desempenhando um papel de contra-conduta neoliberal, através da ênfase em novas formas de subjetivação além do sujeito neoliberal, de forma a exercer um papel de enfrentamento à razão dominante.

Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo explorar a relação entre neoliberalismo e sofrimento psíquico na realidade brasileira, buscando reflexões críticas e possibilidades de enfrentamento. A discussão entre o neoliberalismo e seu impacto no sofrimento psíquico é de extrema relevância em contexto socioeconômico como o do Brasil, visto que a cada vez mais é possível perceber a influência do neoliberalismo nas políticas públicas do país como as crescentes ondas de privatização, desregulação dos mercados, busca incessante pelo lucro e aumento de produtividade. Assim, torna-se fundamental compreender as implicações dessas mudanças estruturais na vida e na saúde psíquica da população brasileira.

Deste modo, para a construção dessa discussão partiremos do questionamento: De que forma o sistema neoliberal pode impactar no sofrimento e possível adoecimento psíquico dos brasileiros na atualidade? O presente trabalho propõe-se realizar uma revisão narrativa da literatura sobre o neoliberalismo brasileiro e o sofrimento psíquico, bem como seus desdobramentos para a saúde mental dos indivíduos. De acordo com Mattos (2015), a revisão narrativa permite o estabelecimento de relações de diálogo com produções anteriores que possuem uma temática comum, consolidando novas perspectivas e formação de conhecimento profissional. Assim, para a construção deste trabalho, foram utilizados

diferentes artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e livros físicos ou digitais – encontrados nas plataformas do Google Acadêmico e Scielo, como base para a construção de conhecimento. Foram utilizados como critérios para seleção dos artigos as palavras chave e suas combinações: “neoliberalismo”; “sofrimento psíquico”; “saúde mental”; “neoliberalismo”; e “adoecimento”. Além disso, o presente trabalho se propõe a ser caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa, ou seja, visa explicar e criar teorias a respeito de um fenômeno, bem como identificar os fatores necessários para sua ocorrência, com o objetivo final de aprofundar o conhecimento sobre o tema.

Cabe destacar, que os principais objetivos do trabalho foram analisar as formas de impacto e possíveis consequências do neoliberalismo no sofrimento psíquico dos brasileiros, bem como resgatar a trajetória histórica do Brasil colonial e suas possíveis influências na atualidade, realizar uma reflexão crítica sobre o papel do neoliberalismo na promoção do sofrimento psíquico, analisar possíveis indícios de sofrimento psicológico nos brasileiros que atualmente vivem sob a ideologia neoliberal, com enfoque nos conceitos de alta produtividade e meritocracia e, por último, refletir criticamente sobre as formas de resistência ao neoliberalismo.

## **2 O SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO E DAS BASES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO**

Para entender sobre a relação intrínseca entre neoliberalismo e sofrimento psíquico, primeiro precisamos entender como surgiu, o que propõe e quais são as implicações do modelo neoliberal, com enfoque especial para sua realidade no Brasil. Assim, é necessário compreender que ele não é uma simples continuidade do liberalismo clássico do século XVIII, também não é sua negação ou outra face. O neoliberalismo é, em essência, um rompimento com o principal dogma do liberalismo clássico, o *laissez-faire*, uma verdade inabalável que implicava a capacidade do mercado de se autorregular sem a interferência do Estado (MENCHISE, FERREIRA e ÁLVARES, 2023).

Dessa forma, ele se transforma de uma doutrina somente econômica para “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 7). Assim, enquanto o liberalismo clássico passava por uma profunda

crise, devido ao sucesso da Revolução Russa e o avanço do socialismo, a disseminação das ideias de esquerda no território europeu ameaçava os liberais, encurralando-os para a necessidade de reformulação teórica do liberalismo como forma de manutenção do poder político. É nessa conjuntura de crise política, econômica e teórica que surge a principal tentativa de refundação do liberalismo: o Colóquio Walter Lippmann, em 1938 (DARDOT e LAVAL, 2016).

Por outro lado, a chamada “racionalidade neoliberal” que é desenvolvida principalmente durante as décadas de 1980-1990, não pode ser vista como um salto direto da doutrina elaborada em 1930 para a prática nos anos 80 e 90. Ela é resultado de uma “multiplicidade de processos heterogêneos” que foram denominados por Dardot e Laval de “nova racionalidade governamental”. Cabe destacar, que a razão neoliberal está diretamente ligada a mudanças ocorridas na própria concepção de Estado, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980 nos primeiros governos marcadamente neoliberais como o de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margareth Thatcher, na Inglaterra. O principal objetivo não era a eliminação do Estado, mas sim uma transformação deste, mais alinhada aos interesses da nova doutrina (DARDOT e LAVAL, 2016).

Assim, as principais mudanças na concepção do novo Estado burguês apresenta-se por meio de reestruturações tanto externas (como as privatizações de empresas estatais) e também internas, onde o Estado passa a ser uma entidade avaliadora e reguladora que “mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais”. (Dardot; Laval. 2016 p. 273-285).

Na fase do capitalismo neoliberal, os países agora são guiados pela lógica empresarial da concorrência. Dessa forma, a competição entra em um novo patamar: há o início de uma disputa global por capitais estrangeiros e grandes oligarcas internacionais exercem enorme influência na disputa. A competição por investimento externo leva a escrutínio de legislação, e acordos entre sindicatos e empresas são desconsiderados. Nesse sentido, duas mudanças devem ser observadas: a primeira envolve a relativização do papel do Estado enquanto entidade integradora de dimensão do viver em comunidade. A segunda mudança é consequência da primeira: todos os aspectos do Estado agora são regulados pela lógica da competitividade, ou seja, o estado torna-se uma entidade que busca maximizar seus resultados, atuando da mesma maneira que uma empresa. Assim,

essas mudanças de dimensão do papel do Estado resultam em perdas significativas, principalmente na esfera de serviços públicos, afetando o conceito de sujeito político. Nesse sentido, a própria dimensão política está em jogo e as esferas de coletivo e bem estar comum, são negligenciadas em preferência do consumo egoísta imediato (DARDOT e LAVAL, 2016).

Entretanto, não é apenas o Estado que deve se ajustar a essa nova racionalidade neoliberal, mas toda a sociedade é considerada como um "mercado" em que cada sujeito é uma "empresa" em constante competição, de forma que a nova racionalidade torna-se então a mediadora de todas as relações sociais. A competitividade se internaliza também no campo da subjetividade individual. A vida passa a ser vista como uma empresa – um capital que exige valorização constante – e na qual os indivíduos devem ser seus próprios empresários, “o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial” (Dardot e Laval, p. 322).

Ainda mais, o sujeito inserido no contexto neoliberal é ensinado a “naturalizar” e adaptar-se às regras da sociedade neoliberal – em que sua previdência, saúde, educação, segurança e lazer são todos transformados em produtos que os cidadãos (consumidores) têm a “liberdade de escolher”. Além disso, ele está inserido em uma realidade em que o desemprego é permanente e planejado e as relações de produção são cada vez mais precarizadas. Como se não bastasse, ainda há a naturalização do risco, uma responsabilização individual direta pelas “consequências de suas escolhas” e a transformação dos indivíduos em uma lógica empreendedora de si mesmo, em que a competição e a concorrência com as outras pessoas são o cotidiano da vida em sociedade. Nessa lógica empresarial, o indivíduo deve se superar continuamente, produzir a cada vez mais, mesmo fora do ambiente de trabalho, transformando o lazer em uma lógica de competição, além de estar sempre a par das mudanças e variações do mercado estando disposto a assumir todos os seus riscos (DARDOT e LAVAL, 2016).

Em relação a saúde mental, o sofrimento e o adoecimento mental, muitas vezes, são influenciados por uma série de fatores, incluindo o contexto socioeconômico e político em que vivemos. O neoliberalismo, como modelo político-econômico dominante em muitos países, incluindo o Brasil, tem tido um impacto significativo na saúde mental das pessoas. A lógica neoliberal enfatiza a

responsabilidade individual, a competição e a eficiência, muitas vezes à custa do bem-estar coletivo (CAMBAÚVA e JUNIOR, 2005).

Assim, em um contexto neoliberal, há uma pressão crescente para o sucesso individual, onde o valor de uma pessoa muitas vezes é medido por sua produtividade e sucesso material. Isso pode levar a altos níveis de estresse, ansiedade e esgotamento, à medida que as pessoas se sentem constantemente pressionadas a corresponder a essas expectativas impostas pela ideologia vigente (NAVARRO; PADILHA, 2021). Além disso, as políticas neoliberais levam a cortes nos investimentos em serviços públicos essenciais, como saúde, educação e assistência social. Como evidenciado por Oliveira (pág. 47- 48, 2019):

O modelo neoliberal tem como intenção que as pessoas se mantenham sem o uso da assistência, mesmo com o desemprego estrutural e tem como propósito dificultar o acesso à previdência e a universalização da saúde. Ocorre a redução de fundos públicos e o investimento em banqueiros e especuladores.

Assim, as dificuldades de acesso às políticas públicas a tratamentos de saúde mental, falta de suporte adequado e sobrecarga nos sistemas de saúde, ausência de uma rede de apoio social sólida e a insegurança econômica, juntamente com fatores subjetivos como a responsabilização individual por seu próprio destino, sempre atendendo a demandas inalcançáveis de “ser bem-sucedido e feliz”, produzem uma sociedade esquizofrênica e doentia, que pode impactar diretamente para o aumento do sofrimento psíquico na sociedade brasileira (DARDOT e LAVAL, 2016).

Nesse contexto, observa-se uma tendência crescente à medicamentação do sofrimento psíquico. Isso significa que problemas de saúde mental estão sendo cada vez mais tratados com medicamentos, muitas vezes sem uma compreensão adequada dos fatores sociais e contextuais que contribuem para esses problemas (ROSA e WINOGRAD, 2011).

Além disso, temos visto uma “epidemia de diagnósticos” em que cada vez mais pessoas estão sendo diagnosticadas com transtornos mentais, muitas vezes baseadas em critérios questionáveis. Isso pode levar a um excesso de medicalização e a uma visão reducionista da saúde mental (PERALTA,

NASCIMENTO e SANTIAGO, 2023). A relação entre neoliberalismo e saúde mental é complexa. Por um lado, o foco no indivíduo pode levar a uma maior conscientização e aceitação de problemas de saúde mental. Por outro lado, a ênfase na auto-suficiência e na responsabilidade individual pode levar a um estigma aumentado e a uma falta de apoio para aqueles que sofrem de problemas de saúde mental (CAMBAÚVA e JUNIOR, 2005).

Assim, é importante lembrar que a saúde mental não pode ser separada de seu contexto social e político. As políticas neoliberais que enfatizam a privatização e a desregulamentação podem levar a maiores níveis de insegurança econômica e desigualdade social, ambos os quais são fatores de risco para problemas de saúde mental (MENCHISE, FERREIRA e ÁLVARES, 2023).

Por outro lado, evidenciando a discussão acerca do sofrimento psíquico, temos o conceito de “sociedade do desempenho” desenvolvido por HAN, Byung-Chul (2019), que é caracterizada como uma inversão de valores que enfatiza um excesso de positividade. Ao invés do poder disciplinar e coercitivo – “tu deves” entra em cena um novo postulado – “nós podemos”, o qual remete a uma farsa de liberdade e impõe aos sujeitos o imperativo da realização constante, da adaptação, da velocidade e superação constantes. Desse modo, o autor traz a discussão de que a autossuperação postulada por trás do discurso de positividade é muito mais poderosa e capaz de extrair toda a potência e eficácia de forma imperceptível ao próprio sujeito, ainda que por consequência, possa levar a um estado de adoecimento profundo deste: “(...) a positividade do poder é mais eficiente que a negatividade do dever” (BYUNG-CHUL, p. 25).

Concomitantemente, o autor ainda evidencia que a violência psíquica e corporal as quais o sujeito está constantemente exposto se disfarça através do discurso da liberdade e perseguição de metas. O sujeito de desempenho tem sobre si solicitações que são aquém de serem organizadas em metas, já que na lógica de concorrer consigo mesmo ele é incapaz de chegar a um fim. É ilusório, portanto, associar a sobrecarga de trabalho pretensamente autônoma, à conquista de liberdade, assim o sujeito: “sofre um colapso psíquico, que se chama de burnout (esgotamento). O sujeito de desempenho se realiza na morte. Realizar-se e autodestruir-se, aqui, coincidem” (BYUNG-CHUL, pp. 85-86, 2020).

### **3 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO BRASIL COLONIAL E O NEOLIBERALISMO À BRASILEIRA.**

Inicialmente, é essencial reconhecer que o capitalismo e o neoliberalismo, apesar de serem orientados por uma lógica intrínseca de acumulação de riqueza, manifestam-se de maneiras distintas em diferentes contextos, dada a natureza concreta, histórica e dialética de cada ambiente social. Isso ocorre porque, conforme destacado por Marx, o que distingue uma era econômica da outra não é o "o quê" está sendo produzido, mas sim o "como" e "com quais instrumentos de trabalho" o processo produtivo ocorre. (Marx, 2011, p. 329).

Nesse sentido, o contexto histórico brasileiro surgiu através de um processo de violência, primeiramente dos brancos europeus colonizadores sobre as populações originárias que aqui viviam e posteriormente, com o advento da escravidão, dos povos africanos. Nesse ponto, a colonização do Brasil se diferencia de outros países também escravocratas enquanto modelo econômico e de sociedade pois, no contexto brasileiro, as pessoas escravizadas foram a base de todo o processo produtivo da constituição do país. Isso significa que o Brasil prosperou, a elite enriqueceu e o processo "civilizatório" se alastrou pelo país baseado em violência e trabalho escravo. É importante destacar que em nossa história tivemos 388 anos de modelo escravocrata de sociedade, contrapondo-se a apenas 134 anos de modelo capitalista. Não obstante, o Brasil utilizou-se do trabalho escravo desde o início da sua colonização e foi o último país a abolir o regime escravocrata. Cabe enfatizar, que o período colonial do Brasil foi excessivamente marcado por denúncias de expropriação de terras de camponeses e de povos originários, roubo de humanidade, estupros, torturas, catequização à força e constantes ações de guerras (SILVA, SILVA e SILVA. 2022).

Com o advento da revolução industrial na Europa e o surgimento do capitalismo, o modelo escravista e colonial tinha se tornado ultrapassado e menos lucrativo, visto que como postulado por Marx, para que o trabalhador possa produzir trabalho excedente, é preciso ter um pressuposto de "liberdade" vigente, situação que não era possível de ser praticada no modelo escravista colonial. No contexto da assinatura da Lei Áurea que abolia a escravidão no Brasil, a maioria das pessoas escravizadas já se encontravam, em grande parte, libertas. Em alguns casos por resistências e lutas ou por conseguirem comprar a própria liberdade. Além disso, a

assinatura de um documento não fez desaparecer todas as desigualdades construídas, os significados simbólicos enraizados e os lugares socialmente construídos para essas pessoas e seus descendentes, especialmente porque nenhuma política pública foi criada para acolher e dar suporte para que essas pessoas pudessem ao menos ter uma chance de se inserir na sociedade (SILVA, SILVA e SILVA. 2022).

Por outro lado, a abolição do sistema escravocrata não significou uma transição imediata para o modelo de acumulação capitalista, para a manutenção da estrutura social, a transição dos sistemas foi bastante gradual e controlada. Nesse momento, iniciou-se no Brasil um capitalismo agromercantil, que se consolidou somente após uma segunda revolução burguesa iniciada em 1930 e findada em 1950, por meio da indústria fabril. Em consequência, em relação ao eixo norte do mundo, o Brasil tornou-se um país “atrasado” para adentrar no capitalismo como modelo econômico e político (SILVA, SILVA e SILVA, 2022).

Além disso, uma particularidade do Brasil é que o neoliberalismo instaura uma dinâmica interna que pode ser caracterizada como própria de países capitalistas com origem colonial e escravista, pois com a industrialização dependente e tardia, as forças de trabalho foram fundadas visando superexploração da força de trabalho, que podem ser diretamente ligadas a implicações para a subjetividade dos trabalhadores brasileiros (COSTA e SILVA, 2020).

Nesse sentido, podemos compreender a realidade brasileira partindo da percepção de que o espírito do capitalismo se apropria das desigualdades históricas. Isso quer dizer que, no Brasil, a implementação do modelo capitalista encontrou bases férteis em vista de seu processo histórico. O colonizador europeu trouxe para o Brasil a relação de subjugação de um homem superior sobre um homem inferior, de um homem bom sobre um homem mau e de um homem merecedor sobre um outro que era desmerecedor. Por conseguinte, essas relações foram se fortalecendo a cada vez mais no decorrer da história do país, e o enaltecimento do "modelo civilizatório" europeu consolidou-se em diversos âmbitos da sociedade, como no direito, economia, política, nos padrões estéticos e principalmente nos hábitos e práticas do corpo social (ARAÚJO e SILVA, 2023).

Por conseguinte, abre-se uma discussão muito mais ampla sobre as raízes da “inferioridade brasileira”, que possuem pontos de discussão comum ao considerarmos autores como Martín Baró, Fanon e Paulo Freire. Para esses autores,

a inferioridade dos países colonizados, em especial para alguns, a América Latina, possui alguns mecanismos de manutenção constante por parte de classes dominadoras, de modo a introjetar nos oprimidos a negação da própria existência. Essa ideologia culmina em uma culpabilidade psíquica e em uma realidade em que o oprimido encontra-se mergulhado na impotência e em um pensamento derrotista de que jamais conseguiria sair dessa situação. Pensamento este chamado por Martín Baró, de atitude fatalista. (MARTÍN BARÓ, 2017).

Nesse sentido, Martín Baró (2017) aponta que incapacidade da grande maioria da população marginalizada de não conseguir integrar-se ao sistema dominante e usufruir de benefícios mínimos, ocorre não por falta de esforço ou motivação, mas sim por conta das próprias bases da estrutura do sistema social que não podem satisfazer as necessidades básicas da população, pois seus mecanismos de funcionamento visam aos interesses da elite e não dos oprimidos. Assim, o sistema neoliberal é marcado por um profundo paradoxo, uma contradição gritante de que as maiorias consideradas “marginais” se encontram integradas no sistema, mas em uma posição de desvantagem e não por falta de vontade ou atitudes próprias, mas pela falta proposital e intencional de fazer miséria de oportunidades sociais e precarização das condições de vida básicas para que eles pudessem alcançar condições dignas de vida (MARTÍN BARÓ, 2017).

Dessa forma, o neoliberalismo brasileiro encontra um terreno fértil para a implementação de seu aparato ideológico, que aproveita-se das bases do fatalismo para perpetuar os interesses da elite burguesa brasileira e seus postulados preconceituosos, misóginos, racistas e excludentes, que são reproduzidos cotidianamente e a cada vez mais normalizados. A ideologia neoliberal brasileira possui como um dos objetivos principais culpabilizar o indivíduo por seu próprio fracasso dentro do sistema e sua falta de recursos, colocando-o plenamente responsável por sua existência miserável, de forma que o indivíduo é incitado a conceber a si mesmo como uma empresa (MENCHISE, FERREIRA e ÁLVARES, 2023).

#### **4 A RELAÇÃO ENTRE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ADOECIMENTO PSÍQUICO**

As contradições neoliberais surgem principalmente no âmbito das relações de trabalho que elucidam o funcionamento da dinâmica capitalista, usando como uma das ferramentas a precarização do trabalho, que ocorre principalmente através da falta de regulamentação e perda dos direitos trabalhistas e sociais, normalização de trabalhos temporários e estímulo aos trabalhos informais. O avanço do neoliberalismo traz o início de práticas na gestão da força de trabalho que vão de encontro aos interesses e possíveis benefícios para a classe trabalhadora, de forma que culminam em significativas perda de emprego (alimentando o exército industrial de reserva<sup>5</sup>, necessário para a manutenção da subjugação do trabalhador), precarização de qualidade de vida e dignidade a todas as pessoas que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Dessa forma, existe uma vinculação entre a perda de direitos trabalhistas e a fragilização e dependência do sujeito oprimido, exemplificada pelas relações de trabalho. Na dinâmica do neoliberalismo, a precarização do trabalho está intimamente ligada a questões de caráter subjetivos, identitários e existenciais que afetam diretamente a saúde psíquica do trabalhador (GALHARDO, 2020).

Em retrospectiva, Engels em 1845 já discutia sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, principalmente sobre a miséria e as enfermidades que provocavam morte na classe trabalhadora, e denunciava principalmente, a precariedade do trabalho dos operários das cidades industriais. De acordo com o autor:

[...] Submete-os às mais violentas emoções, às mais bruscas oscilações entre medo e esperança e persegue-os como a uma caça, não lhes concedendo nunca um pouco de paz e de tranquilidade. [...] E se os pobres resistirem a tudo isso, sobrevém uma crise que os transforma em desempregados e lhes retira o mínimo que até então a sociedade lhes destinara.

Assim, é possível perceber que mesmo já tendo-se passado 150 anos desde a crítica do autor, a realidade dos trabalhadores da Inglaterra do século XIX, não

---

<sup>5</sup> para Marx, o exército industrial de reserva é necessário para ser acionado de acordo com a necessidade do capitalismo, em diferentes épocas e por diferentes motivos, quando o capitalismo precisa expandir e demanda de mão de obra ou quando a condição de reserva é acionada para atender aos interesses da valorização do capital, bem como a necessidade de desvalorizar o valor pago aos trabalhadores que estão ativamente vendendo sua força de trabalho como mercadoria, são alguns exemplos.

perde significado se comparada ao Brasil atual. Assim, no mundo contemporâneo, o que podemos perceber é um processo estrutural de ofensiva do capital em relação a materialidade da classe trabalhadora, de modo que este constrói uma nova e precária socialização do trabalho que é fragmentada e resistente no que diz respeito às práticas de solidariedade de classe (PELEGRINI, VIANA e LACERDA, 2023).

Em relação ao caso brasileiro, precisamos nos atentar para o fato de que a superexploração do trabalho tem raízes históricas que remetem a expansão do mercado mundial e a inserção subordinada dos países dependentes na divisão internacional do trabalho. Isso significa que ao examinarmos o comércio entre os países dependentes (ou de produtos primários) e dominantes (produtos manufaturados) é evidente a violação presente na lei do valor. Através do intercâmbio desigual entre países dependentes e dominantes, os países dominantes vendiam suas mercadorias por um preço que era superior ao seu valor. Isso causou, por consequência, a tentativa das nações dependentes de compensar, no próprio plano da produção, essa transferência de valor entre periferia e centro, essa estratégia foi denominada de superexploração do trabalho (PELEGRINI, VIANA e LACERDA, 2023).

A superexploração é marcada por uma remuneração por força de trabalho menor do que seu valor real, de forma que nega não somente a restituição do valor ao equivalente produzido durante o tempo de trabalho que foi socialmente necessário para gerar aquele produto, mas também nega as condições que são necessárias para repor o desgaste do trabalhador pelo seu tempo de produção. Em termos de consumo, lazer e descanso por exemplo, o trabalhador não é devidamente remunerado, o que culmina em esgotamento físico e mental, visto que ele nunca consegue se recuperar das jornadas de trabalho, gerando gradativamente um adoecimento cada vez mais intenso e inesgotável (PELEGRINI, VIANA e LACERDA, 2023).

Podemos considerar a precarização do trabalho comum a todos os países neoliberais, entretanto os países da periferia do capitalismo – como o Brasil, acabam por sofrer os impactos dessa precarização com mais violência. As crises que acometem o sistema de acumulação (como as crises de 1929 e 2008<sup>6</sup>) são

---

<sup>6</sup> Em outubro de 1929, houve a crise bancária de 2008. Um “crash” na Bolsa de Valores de Wall Street terminou em uma bolha no mercado de ações. A taxa de empréstimo para o intraday trading

momentos em que a classe trabalhadora é a primeira e a mais intensamente castigada (PELEGRINI, VIANA e LACERDA, 2023).

O Brasil, após o golpe de 2016 passou a realizar uma nova onda de neoliberalização, caracterizada pela aprovação de várias medidas jurídico-econômicas, entre elas estão a Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC no 95/2016), a Reforma da Previdência (EC no 103/2019), a Reforma Trabalhista (lei no 13.467/2017) e a Reforma do Ensino Médio (lei no 13.415/2017). Todas essas novas reformas tinham como objetivo a redução do papel do Estado no desenvolvimento econômico e nacional. Cabe destacar, a reforma do ensino médio que possui como principal objetivo um processo de educação marcadamente neoliberal. Todos esses processos culminaram em uma retirada da indústria nacional do mercado, maior participação de capital internacional e de produtos primários na economia. Ao considerarmos as condições de trabalho, geraram impactos no aumento das doenças laborais, redução dos trabalhos formais e terceirização da mão de obra, todas atividades que retiram as proteções e garantias do trabalhador. Dessa forma, a superexploração do trabalho pode se manifestar através de algumas formas distintas, como o aumento da intensidade do trabalho, prolongamento das jornadas de trabalho, desvalorização do pagamento da força de trabalho e ampliação da força de trabalho sem um aumento real ao seu equivalente de salário. Assim, a superexploração no novo ciclo neoliberal assumiu a forma de diminuição do valor da força de trabalho (PELEGRINI, VIANA e LACERDA, 2023).

Em relação às formas de precarização do trabalho, podemos perceber algumas práticas que se tornaram comuns na classe trabalhadora brasileira, como a pejetização. Essa prática é uma forma de burlar a legislação trabalhista e é caracterizada como a contratação de um trabalhador como pessoa jurídica (PJ), com uma promessa de maior remuneração e jornadas de trabalho mais flexíveis. No entanto, na realidade, essa relação de trabalho é frequentemente uma forma de mascarar as relações do assalariado em vista de “trabalho autônomo”. O

---

foi de 7%, ou seja, os empréstimos interbancários, que viabilizam os mecanismos cotidianos de compensação entre posições superavitárias e deficitárias dos bancos entre si, praticamente entraram em colapso. Em 2008 a crise foi denominada “grande recessão” e foi caracterizada por uma redução dos níveis da atividade econômica, baixo crescimento, redução das taxas de investimento mesmo com taxas de juros próximas a zero, aumento do desemprego, acompanhado de aumento da dívida pública e redução dos instrumentos disponíveis para política anticíclica (PRADO,2011).

trabalhador, sem estar amparado por um emprego que está conforme a consolidação das leis do trabalho (CLT), fica completamente desamparado de proteções e direitos do trabalhador (PELEGRINI, VIANA e LACERDA, 2023).

Outra forma de precarização do trabalho é a chamada uberização, nessa forma de relação empregatícia o trabalhador arca com os riscos e custos de sua própria produção, sendo utilizado na exata medida das demandas do mercado. Também é uma forma de trabalho intermitente, em que o trabalhador deve estar sempre disponível para realizar as tarefas solicitadas. Além de não obter a remuneração adequada e estar submetido a jornadas de trabalho extenuantes, também há o desamparo em relação aos direitos e proteções jurídicas das relações de trabalho (PELEGRINI, VIANA e LACERDA, 2023).

A pandemia de covid-19 exemplificou claramente as consequências que as políticas neoliberais têm implementado no Brasil. Durante esse período, todos os problemas já citados foram amplificados, especialmente o adoecimento psíquico. Houve também a expansão do trabalho home office, em que o processo produtivo de vínculo empregatício foi somado ao trabalho doméstico, gerando como consequência a confusão para o trabalhador de que o trabalho doméstico era um lazer. Somente em setembro de 2022 que foi implementada a lei no 14.442, que define o que é home office e pauta questões referentes ao auxílio alimentação mas ainda assim, não abrange questões como a obrigação da empresa de fornecer aos trabalhadores os meios necessários como energia, computador e equipamentos para a realização do trabalho (PELEGRINI, VIANA e LACERDA, 2023).

Assim, a destruição dos direitos trabalhistas é uma resposta da elite burguesa em sua busca incessante por superlucros. Ainda entre a própria classe trabalhadora há um crescimento e fortalecimento dos interesses burgueses, visto que há um pressuposto de que os trabalhadores devem se submeter a qualquer tipo de negociação para manter seu emprego, mesmo que isso signifique a perda brutal de direitos trabalhistas (COSTA e SILVA, 2020).

Ademais, cabe destacar, o conceito de “máquina do desejo” concebido por Guattari e Rolnik em 1995, que postula que o espírito do capitalismo se organiza de tal forma que os trabalhadores, que vendem seu tempo como mercadoria, se sintam impelidos a defender o modelo político e econômico acumulador de riqueza para o capitalista. Esse mecanismo absorve qualquer ruptura ou crítica ao capitalismo.

Em perspectiva, o aprofundamento da desigualdade social, a retirada de direitos trabalhistas e a precarização do trabalho provocam efeitos diretos na saúde da classe trabalhadora, como o aumento da incidência de estresse, ansiedade, fobias sociais e quadros de dependência química. De acordo com o Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, nos últimos anos (2012-2021), 22.954 mortes no mercado de trabalho formal foram registradas no Brasil. Apenas em 2021, foram comunicados 571,8 mil acidentes e 2.487 óbitos associados ao trabalho, com aumento de 30% em relação a 2020. Além disso, dados da OMS indicam que o Brasil é o país com maior prevalência de depressão da América Latina. Já em relação ao transtorno de ansiedade, o Brasil é recordista mundial, 9,3% da população sofre de ansiedade, o que significa ao todo, 18,6 milhões de pessoas. Todos esse dados apontam para uma resposta humana de pessoas submetidas ao neoliberalismo brasileiro (COSTA e SILVA, 2020)

Assim, é perceptível que existe um limite no qual os desgastes físicos e mentais não podem mais ser repostos e acabam por adoecer a classe trabalhadora. O aumento da intensidade do trabalho reduz a vida útil do trabalhador pois ele é submetido constantemente a um desgaste tão intenso que acaba por ficar propenso a desenvolver doenças nervosas e psicológicas. O prolongamento das jornadas de trabalho culminam em desgaste físicos, que por sua vez, também podem propiciar o aumento de acidentes de trabalho. Em suma, ocorre uma apropriação dos anos futuros de vida do trabalhador pelo sistema capitalista, por meio de um esgotamento prematuro de capacidades físicas e psicológicas, pois quanto mais frágil for a legislação trabalhista, maiores são os riscos de precarização das condições de trabalho (PELEGRINI, VIANA e LACERDA, 2023). Diante desse cenário, podemos resgatar as considerações de Marx, que postula em seu livro O capital Livro I, p. 342 “O capital não tem a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração”.

Nesse cenário de injustiça, falta de dignidade e de direitos básicos para sobrevivência, surge a falácia da meritocracia, uma mistificação promovida pela lógica neoliberal de que cada indivíduo seria perfeitamente capaz de conquistar seu espaço individualmente e a partir de esforço próprio, mesmo com a existência de contextos sociais completamente desiguais. A partir dessa mentira, ocorre a perda das identidades individual e coletiva, pois cada um é responsável direto por seu desemprego ou sucesso de carreira, deixando-o subjugado a ditadura neoliberal de

condições extremamente adversas criadas pelo capitalismo flexível, corroborando para uma gestão do medo como uma estratégia de dominação na esfera do trabalho. Por conseguinte, diante de todas essas atrocidades cometidas pelo mercado de trabalho e lógica de produção neoliberal, o trabalhador está sujeito ao adoecimento psíquico. O indivíduo que trabalha está compreensivelmente passando por crises identitárias, em que não se percebe como um ser de valores, e capaz de reflexões e possibilidades, pois todas as esferas de sua existência estão corrompidas pelo modelo neoliberal de modo de existir (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Em síntese, o desgaste mental dos trabalhadores brasileiros advém de problemas oriundos de um contexto nacional, marcado pela lógica neoliberal a qual estamos inseridos. Lógica essa que não fica restrita somente ao âmbito mercadológico, mas passa a fazer parte de uma estrutura de sociedade, presente em todos os aspectos da vida social e cultural brasileira, ideais que são interiorizados pelo sujeito em sua vida psíquica. As estruturas de organização do capital são apresentadas para o indivíduo através do trabalho e algumas de suas consequências para o trabalhador são a humilhação, a vivência da incerteza, falta de dignidade, injustiça e imposição de valores éticos e morais (GALHARDO, 2020).

## **5 POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO**

Ao iniciar a discussão sobre as possibilidades de enfrentamento ao mundo neoliberal, corroboramos com o pensamento de Fanon, em que “uma outra solução é possível, mas ela implica a reestruturação do mundo” (FANON, 2008, p. 82). Somente com uma participação ativa na luta política que será possível mudar as condições sociais específicas de existência. O autor aposta na “luta pela libertação” como uma “entidade” que poderá fazer surgir um novo tipo de humano do útero colonizado. A prática revolucionária para Fanon terá o poder de negar o estatuto colonial de forma generalizada, dotando esse “outro” retirado do status de seu próprio sujeito, tornando-se assim um objeto “insignificante” na concepção do novo homem revolucionário (FAUSTINO, 2018).

Nesse sentido, pode-se lembrar de Marx e Engels, em sua afirmação nos escritos do Manifesto Comunista de 1848: “(...) a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que as empunham”

(MARX; ENGELS 1848/2017, p. 167). Assim, a luta para a superação do capital inicia-se no cerne dele mesmo, considerando todos os seus paradoxos, antagonismos e falácias. Devemos considerar que há maneiras de se promover formas de vida e relações sociais menos predatórias e degradantes mas que devem, a longo prazo, caminhar para a superação do próprio capital. Assim, a transformação social radical e o rompimento definitivo com o modelo de sociedade capitalista, implicam na construção de alternativas que visem promover uma forma de existência humana conjuntamente com a natureza e não subjugando-a, priorizando formas de desenvolvimento cooperativo e solidário. Um modelo de sociedade não mais baseado na acumulação e no discurso mercadológico, mas em práticas que sejam primordialmente libertárias, existenciais e democráticas (SAFATLE; SILVA JÚNIOR; DUNKER, 2021).

Por outro lado, devemos lembrar o histórico da própria Psicologia, que desde sua criação tem contribuído para difundir a concepção de ser humano a partir do ideal burguês. Nesse sentido, nós como parte da classe trabalhadora e psicólogos, devemos lutar pela reforma da própria Psicologia, percebendo seu avanço como uma necessidade de emancipação política, que servirá não somente a profissão mas também a emancipação humana (COSTA e MENDES, 2021).

Cabe destacar, que Martín Baró orientava que a Psicologia e sua prática deveriam conceber os psicólogos como atores políticos e não somente como profissionais de competência técnica. Nesse sentido, a emancipação humana significa a emancipação da própria Psicologia (visto que ela é construída por seres humanos) e sua própria emancipação como ciência não mais ligada a suas raízes de profissão burguesa (COSTA e MENDES, 2021).

Entretanto, ao pensarmos na Psicologia Brasileira atual, mesmo possuindo limitações, poderíamos conceber uma forma de fazer Psicologia muito mais comprometida com as necessidades reais das maiorias populares e com um compromisso de mudança social. As formas de atuação variam entre a promoção de saúde, prevenção, no tratamento não institucionalizado ou no fortalecimento dos vínculos sociocomunitários. Não esquecendo o importantíssimo fato de que as concepções de subjetividade e ser no mundo estão ligadas a razão-de-ser neoliberal – pois é nessa realidade a qual estamos inseridos (COSTA e MENDES, 2021). Consequentemente, é dessa consciência e percepção de uma necessidade de

construção de uma nova razão de mundo que a Psicologia se insere como agente no caminho futuro para uma prática libertária e revolucionária.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implementação das políticas neoliberais no Brasil tem contribuído para o aumento do sofrimento psíquico na população, entendendo o sofrimento psíquico como referente a um estado de angústia, dor emocional ou aflição não efêmeros que afetam o bem-estar mental e emocional dos indivíduos. Pode ser descrito como uma experiência subjetiva, que pode manifestar-se em psicopatologias como ansiedade, depressão, estresse, transtornos de humor, transtornos de ansiedade, entre outros. Assim, uma vez que as políticas neoliberais geram precarização das condições de vida e trabalho, instabilidade financeira, desemprego, aumento da desigualdade social e violência estrutural é necessário a adoção de estratégias de resistência que promovam o fortalecimento psicológico e a mobilização social para enfrentar os efeitos negativos dessas políticas.

Ao realizarmos uma análise crítica da relação entre neoliberalismo e sofrimento psíquico, pretendemos contribuir para um maior entendimento dos mecanismos que geram e perpetuam o sofrimento psicológico da sociedade atual. Além disso, buscou-se identificar possíveis estratégias de enfrentamento e possibilidades de transformação visando a promoção de políticas mais humanizadas, inclusivas e democráticas. Por último, esperamos que este estudo possa trazer a conscientização da importância do debate sobre o tema e da luta para a mudança estrutural brasileira, principalmente no campo da Psicologia como a ciência de referência sobre saúde psíquica.

Ao longo da escrita desse trabalho vários caminhos foram perpassados, o tema escolhido é bastante complexo, abrangente e serviria de base para muitos caminhos diferentes. Infelizmente devido a limitação do número de páginas tivemos que ficar restritos apenas aos temas abordados aqui que também tem a possibilidade de serem trabalhados de forma mais aprofundada. A partir deste estudo, podemos dialogar com vários temas em comum, como a teoria do grande pensador brasileiro Paulo Freire, discussões sobre o racismo estrutural, a estrutura do patriarcado, a ascensão do bolsonarismo, a falta de consciência de classe dos brasileiros, o imperialismo histórico que toda a América Latina sofre, principalmente

dos Estados Unidos, bem como a primeira experiência neoliberal no Chile e o conceito de realismo capitalista, foram temas que infelizmente ficaram de fora, mas que podem se utilizar deste trabalho em benefício de suas discussões.

Ademais, o principal objetivo do trabalho – realizar uma reflexão crítica sobre a relação entre o neoliberalismo brasileiro e o sofrimento psíquico foi atingido, e a discussão segue sendo de suma importância, principalmente dentro da própria Psicologia, para que a prática profissional possa dialogar com as questões aqui levantadas, principalmente buscando uma consciência e um questionamento à Psicologia tradicional e o nosso modelo estrutural de sociedade. As contribuições da teoria marxista e de Martin Baró foram fundamentais para a idealização e elaboração deste projeto, a Psicologia brasileira só encontraria benefícios ao discutir e incorporar mais desses e outros autores em suas teorias e práticas.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, P. D. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governabilidade. **Novos estudos. CEBRAP** 38 (1). Jan-Apr 2019. <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010006>. Acesso em 22 de outubro de 2023.
- ANTUNES. R.; ALVES. G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Acesso em 22 de outubro de 2023.
- ARAÚJO, S.; SILVA, E.. Colonialidade e modernidade: um complexo legado na integração da América Latina. **Cadernos Miroslav Milovic**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-16; 2023. Disponível em: <http://miroslavmilovic.com.br/index.php/cadernos/article/view/14>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- CAMBAÚVA. G. L.; JÚNIOR. S. C. M. Depressão e neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade. Universidade Estadual de Maringá. **Psicol. cienc. prof.** 25 (4) • 2005 • <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000400003>. Acesso em 22 de outubro de 2023.
- COSTA, P. H.; MENDES, T. K. Conjuntura na Saúde: Contribuições para e da Psicologia a Partir do Marxismo. Campo Grande: **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 1, 2021. Acesso em 03 de setembro de 2023.
- COSTA, P. H.; MENDES, T. K. A miséria da Psicologia Brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. São João Del-Rey: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 16(2) e-4113, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v16n2/09.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2023.

COSTA, O. R.; SILVA, X. A. Capitalismo e saúde mental. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1 n. 1 (2020). Acesso em: 30/08/2023. <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33150>.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo, ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo; 2016.

DEJOURS. C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV; 2011.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FAUSTINO, M. D. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. Brasília: **SER Social**, v. 20, n. 42, p. 148-163, 2018.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572010000200006%20&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572010000200006%20&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 03 jun.2023

GALHARDO, B. P. Subjetividade e saúde mental nos modelos flexíveis de trabalho. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 83786-83797, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/19154>. Acesso em: 03 jun. 2023.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAN, B. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Rio de Janeiro: Vozes; 2019.

HOLZKAMP, K. **Ciência Marxista do Sujeito: Uma introdução à psicologia crítica. Tomo I**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LACERDA J. F. Capitalismo dependente e a Psicologia no Brasil: das alternativas à Psicologia Crítica. **Teoría y Crítica de la Psicología**, [s.l.], v. 3, p. 216-263, 2013. Acesso em 22 de outubro de 2023.

MARTÍN BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTÍN BARÓ, I. **O papel do psicólogo**. Estudos de Psicologia, 2(1), 7-27, 1996. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf&lang=pt>  
. Acesso em 03 de setembro de 2023.

MARX, K. **O Capital [livro 1]: Crítica da Economia Política. o Processo de Produção do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F.. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

MATTOS, C. P. **Tipos de revisão de literatura.** Biblioteca online, UNESP;2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em 13 maio 2023.

MENCHISE, R. M.; FERREIRA, D. M.; ÁLVAREZ, A. L. F.. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, n. 1, p. 1–21, jan. 2023.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dilemas/a/XzRkRqdpMRpMJWqcQF3d8wK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 de nov. 2023.

NAVARRO, V. L. e PADILHA, V.. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, n. especial, p. 14-20,2007. Tradução. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea04.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. **Organização mundial das nações unidas (ONU)**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/178950-acidentes-de-trabalho-e-mortes-acident%C3%A1rias-voltam-crescer-no-brasil-em-2021>. Acesso em 03 de setembro de 2023.

OLIVEIRA, R. B. **O adoecimento mental na sociedade capitalista contemporânea: alguns processos que incidem e/ou agravam seu acometimento.** São Borja. Universidade Federal do Pampa; 2019.

PELEGRINI, I.; VIANA, H.; LACERDA C. G. Neoliberalismo, superexploração no Brasil contemporâneo e os desafios da classe trabalhadora. São Paulo: **Revista Princípios** v. 42, n. 166, p. 31 - 54, 2023. Disponível em:

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/260/134>. Acesso em 03 de setembro de 2023.

PERALTA. C.E.P.; NASCIMENTO. C.K.A.; SANTIAGO. E. Medicalização, saúde mental e biopolítica: uma revisão integrativa. **Saúde e Pesquisa**. 2023;16(2):e-11360 - e-ISSN 2176-9206. Acesso em 22 de outubro de 2023.

PEREIRA, L. C. B. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil.

**Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 49, n. 1, p. p. 5-42, 2014. DOI:

10.21874/rsp.v49i1.360. Disponível em:

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/360>. Acesso em: 22 out. 2023.

PIKETTY. T. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca; 2014.

PRADO D. C. L. A Grande Depressão e a Grande Recessão: Uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA. Niterói: **Revista Econômica**, v. 13, n. 2, p. 9-44, 2011.

ROSA. D.G.P.B; WINOGRAD. M. Palavras e pílulas: sobre a medicalização do mal-estar psíquico na atualidade. **Psicol. Soc.** 23 (spe). 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400006>. Acesso em 22 de outubro de 2023.

SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SILVA, R. C.; SILVA, R. L.; SILVA, R. F. A. Neoliberalismo “à brasileira”: quem tem tudo menos cor, onde cor importa demais. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. **Revista Gestão & Conexões** v. 11, n. 1, jan/abr, 2022. ISSN 2317-5087. Acesso em 30/08/2023. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8509825>.